

A importância da educação financeira nas escolas públicas

The importance of financial education in public schools

La importancia de la educación financiera en las escuelas públicas

Recebido: 10/09/2025 | Revisado: 26/09/2025 | Aceitado: 27/09/2025 | Publicado: 28/09/2025

Andrei Pereira de Azevedo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7490-6828>

Faculdade Santa Rita, Brasil

E-mail: andreipazevedo11@gmail.com

Bianca Andressa da Silva Azevedo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3779-864X>

Faculdade Santa Rita, Brasil

E-mail: biancaandressabasf@gmail.com

Bruna Luiza Mora Saez

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-1404-3700>

Faculdade Santa Rita, Brasil

E-mail: morabruna3@gmail.com

Luiz Ricardo Baptista de Godoy

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3033-3619>

Faculdade Santa Rita, Brasil

E-mail: luizricardogodoy@gmail.com

Patrícia Aparecida Scherite Maschio

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8853-5722>

Faculdade Santa Rita, Brasil

E-mail: patricia.maschio@cps.sp.gov.br

Karla Gonçalves Macedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2595-6661>

Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

E-mail: karla.macedo@uemg.br

Resumo

O principal objetivo deste estudo é analisar a implementação adequada da educação financeira nas escolas públicas pode aumentar substancialmente a capacidade dos jovens de gerir suas finanças pessoais, favorecendo sua autonomia e segurança financeira. O artigo adota uma abordagem metodológica qualitativa para identificar as principais falhas e desafios na implementação da educação financeira no contexto escolar brasileiro, abordando a lacuna existente na oferta de programas educacionais eficazes e explorando o impacto dessa deficiência no desenvolvimento dos jovens, além de propor recomendações práticas e baseadas em evidências para aprimorar seu ensino, alinhadas com a visão do Ministério da Educação (MEC) e as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A abordagem qualitativa foi utilizada para a realização do estudo, utilizando-se dos métodos bibliográfico e documental, com enfoque descritivo. Também são analisadas práticas bem-sucedidas adotadas internacionalmente, além de dados empíricos coletados por meio da análise de relatórios e documentos oficiais relacionados à educação financeira nas escolas públicas. Cabe ressaltar a relevância no desenvolvimento de estudos que possam contribuir com o desenvolvimento de políticas educacionais mais assertivas, visando à formação de cidadãos financeiramente conscientes e ajudando na redução das desigualdades sociais e econômicas. Ao fornecer entendimento significativo sobre os benefícios, desafios e estratégias para a inclusão da educação financeira nas escolas públicas, em consonância com as diretrizes do MEC e da BNCC, promovendo uma mudança positiva no sistema educacional brasileiro e instrumentalizar os jovens para que possam tomar decisões financeiras responsáveis ao longo de suas vidas.

Palavras-chave: Educação Financeira; Escolas Públicas; Alfabetização Financeira; Ensino e Aprendizagem.

Abstract

The main objective of this study is to analyze the proper implementation of financial education in public schools can substantially increase the ability of young people to manage their personal finances, favoring their autonomy and financial security. The research adopts a qualitative methodological approach to identify the main shortcomings and challenges in implementing financial education within the Brazilian school context, addressing the gap in the provision of effective educational programs and exploring the impact of this deficiency on youth development. It also

proposes practical, evidence-based recommendations to improve its teaching, aligned with the guidelines of the Ministry of Education (MEC) and the National Common Curricular Base (BNCC). The qualitative approach was applied through bibliographic and documentary methods with a descriptive focus. The study further analyzes successful practices adopted internationally, as well as empirical data collected from the analysis of official reports and documents related to financial education in public schools. The relevance of developing studies that contribute to the formulation of more effective educational policies is emphasized, aiming to form financially aware citizens and help reduce social and economic inequalities. By providing meaningful insights into the benefits, challenges, and strategies for including financial education in public schools, in accordance with MEC and BNCC guidelines, this research seeks to promote a positive change in the Brazilian educational system and to equip young people to make responsible financial decisions throughout their lives.

Keywords: Financial Education; Public Schools; Financial Literacy; Teaching and Learning.

Resumen

El objetivo principal de este estudio es analizar la implementación adecuada de la educación financiera en las escuelas públicas puede aumentar sustancialmente la capacidad de los jóvenes para administrar sus finanzas personales, favoreciendo su autonomía y seguridad financiera. La investigación adopta un enfoque metodológico cualitativo para identificar las principales deficiencias y retos en la implementación de la educación financiera en el contexto escolar brasileño, abordando la brecha existente en la oferta de programas educativos eficaces y explorando el impacto de esta carencia en el desarrollo juvenil. Asimismo, propone recomendaciones prácticas y basadas en evidencia para mejorar su enseñanza, alineadas con las directrices del Ministerio de Educación (MEC) y de la Base Nacional Común Curricular (BNCC). El enfoque cualitativo se aplicó mediante métodos bibliográficos y documentales con un enfoque descriptivo. El estudio también analiza prácticas exitosas adoptadas internacionalmente, así como datos empíricos recopilados a partir del análisis de informes y documentos oficiales relacionados con la educación financiera en las escuelas públicas. Se destaca la relevancia de desarrollar estudios que contribuyan a la formulación de políticas educativas más eficaces, con el objetivo de formar ciudadanos financieramente conscientes y ayudar a reducir las desigualdades sociales y económicas. Al ofrecer una comprensión significativa de los beneficios, desafíos y estrategias para incluir la educación financiera en las escuelas públicas, de acuerdo con las directrices del MEC y de la BNCC, esta investigación busca promover un cambio positivo en el sistema educativo brasileño y capacitar a los jóvenes para que tomen decisiones financieras responsables a lo largo de sus vidas.

Palabras clave: Educación Financeira; Escuelas Públicas; Alfabetización Financeira; Enseñanza y Aprendizaje.

1. Introdução

A educação financeira tem se tornado um tema central no debate educacional e econômico, especialmente diante dos desafios financeiros enfrentados por grande parte da população brasileira. A crescente complexidade do sistema econômico exige que os indivíduos possuam conhecimentos sobre finanças pessoais para tomar decisões conscientes e responsáveis. No entanto, apesar de sua relevância, a educação financeira ainda não está efetivamente estruturada nas escolas públicas do Brasil, gerando consequências significativas na formação dos jovens e em sua competência para lidar com recursos ao longo de suas vidas (OECD, 2024; Sousa, 2023).

A ausência de práticas consolidadas e de conteúdos sistematizados relacionados à educação financeira na educação básica contribui para a perpetuação de dificuldades no consumo e na gestão de recursos. Embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Ministério da Educação (MEC) reconheçam a importância do tema, a falta de estratégias concretas para sua aplicação, aliada à deficiência na capacitação docente e à escassez de materiais didáticos, limita o alcance desse ensino (Banco Central do Brasil, 2010; Banco Central do Brasil, 2018).

Embora a BNCC mencione a educação financeira dentro das competências gerais da educação básica, a ausência de uma proposta pedagógica clara e de formação continuada para os professores dificulta sua efetiva inserção no currículo escolar. Além disso, como apontam relatórios setoriais recentes, o MEC ainda enfrenta desafios na articulação de políticas públicas que garantam recursos e apoio técnico às escolas para implementar essa temática de forma transversal e contínua (ANBIMA, 2025; Moraes & Freitas, 2021).

O principal objetivo deste estudo é analisar a implementação adequada da educação financeira nas escolas públicas

pode aumentar substancialmente a capacidade dos jovens de gerir suas finanças pessoais, favorecendo sua autonomia e segurança financeira. Diante do exposto, este estudo visa colaborar para o aprimoramento do ensino de educação financeira nas escolas públicas, com a intenção de capacitar os alunos a fazer escolhas financeiras conscientes e promover uma maior justiça social.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, será apresentada uma revisão teórica sobre a educação financeira e sua relevância na formação dos jovens. Em seguida, serão discutidos os desafios da implementação desse ensino no Brasil, considerando os obstáculos institucionais e metodológicos. Posteriormente, serão analisadas iniciativas bem-sucedidas adotadas em outros países e propostas estratégicas para fortalecer a educação financeira no contexto brasileiro. Por fim, as conclusões abordarão as principais contribuições do estudo e suas implicações para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes.

2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e, documental de fonte direta em Leis e relatórios e, documental de fonte indireta (Pereira et al., 2018) de autores terceiros, por meio de revisão bibliográfica (Rother, 2007), com enfoque descritivo. A abordagem qualitativa é a mais apropriada quando se busca compreender fenômenos sociais complexos, como é o caso da implementação da educação financeira nas escolas públicas brasileiras, a partir de interpretações, significados e contextos (Minayo, 2001).

A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2008) tem como objetivo examinar teorias e conceitos previamente discutidos na literatura científica. Já a pesquisa documental utiliza materiais oficiais — como leis, diretrizes curriculares e pareceres institucionais — como base para análise crítica e interpretativa. A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre os obstáculos e possibilidades da inclusão da educação financeira no currículo da rede pública, sem recorrer a dados numéricos ou estatísticos. Busca-se compreender como os documentos legais, projetos institucionais e artigos científicos tratam do tema, interpretando seus significados e implicações educacionais e sociais. As fontes utilizadas foram:

- Artigos acadêmicos publicados em periódicos como a Revista Brasileira de Educação, Educação e Sociedade e Práxis Educacional.
- Propostas legislativas em trâmite, como o Projeto de lei - PL 1.510/2025, que prevê a obrigatoriedade da educação financeira em toda a educação básica; o PL 5.950/2023, que quer integrar a administração financeira como tema transversal no currículo; e o PL 2.747/2024, que propõe a criação de disciplina obrigatória com conteúdo estruturado e formação docente.
- Relatórios institucionais de programas em andamento, como o projeto “Educação Financeira nas Escolas” do Banco Central e ENEF.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), a qual permite a identificação de categorias temáticas e padrões presentes nos textos. Essa técnica proporciona uma compreensão profunda das representações sociais e institucionais relacionadas ao tema da educação financeira. Os critérios para seleção das fontes consideraram:

- Pertinência ao tema central da pesquisa (educação financeira na educação básica pública).
- Atualidade (priorização de publicações dos últimos 10 anos).
- Reconhecimento acadêmico das fontes (revistas indexadas e legislações oficiais).
- Alinhamento com os objetivos e hipóteses da pesquisa.

- As informações foram organizadas em categorias analíticas, como: fundamentos legais, desafios de implementação, práticas pedagógicas e propostas legislativas. A análise foi orientada pelas competências gerais da BNCC, especialmente as de número 1, 4, 5 e 6, que envolvem pensamento crítico, responsabilidade e cultura digital, todas ligadas à formação para a cidadania e decisões conscientes.

Por se tratar de uma pesquisa exclusivamente qualitativa e documental, a análise não considera dados empíricos coletados em campo, o que limita a observação direta da prática escolar. No entanto, essa escolha foi intencional e adequada ao objetivo central, que é compreender as bases normativas, políticas e teóricas da educação financeira nas escolas públicas brasileiras.

3. Resultados e Discussão

3.1 Educação financeira

A educação financeira refere-se à capacidade de compreender e aplicar conceitos e produtos financeiros no cotidiano. Ela envolve o desenvolvimento de habilidades relacionadas à gestão do dinheiro, orçamento, poupança, investimento, crédito e consumo consciente (SPC Brasil, 2024). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) define a educação financeira como o processo que possibilita aos consumidores e investidores aprimorar sua compreensão sobre produtos financeiros, conceitos e riscos, por meio de informações, instruções e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvendo habilidades e confiança para tomar decisões informadas e melhorar seu bem-estar financeiro (Brasil, 2020).

Para Vieira e Oliveira (2020), a educação financeira vai além da simples instrução técnica: ela deve ser compreendida como um processo formativo que permite o desenvolvimento da autonomia crítica do indivíduo frente às pressões do consumo e às dinâmicas socioeconômicas da sociedade capitalista.

Diversas pesquisas demonstram que iniciar a educação financeira desde a infância e juventude pode gerar impactos significativos na vida adulta. Segundo o Banco Central do Brasil (2024), adolescentes que receberam instrução financeira formal demonstraram maior propensão a planejar seu futuro financeiro, utilizar o crédito de forma responsável e evitar endividamento.

No Brasil, uma pesquisa do Instituto Datafolha (2022) indicou que 8 em cada 10 jovens entre 15 e 24 anos afirmam não ter aprendido nada sobre finanças pessoais na escola, o que reflete uma lacuna preocupante.

Santos e Amaral (2021) argumentam que o ensino da educação financeira na escola é um instrumento de inclusão social, uma vez que contribui para a redução de desigualdades, ao capacitar jovens de classes populares a tomar decisões mais conscientes sobre consumo, crédito e planejamento.

Além disso, a educação financeira é entendida como um processo formativo que vai além da instrução técnica: ela permite o desenvolvimento da autonomia crítica do indivíduo frente às pressões do consumo e às dinâmicas socioeconômicas da sociedade (Vieira & Oliveira, 2020). A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015) reforça que a educação financeira possibilita aos consumidores aprimorar a compreensão sobre produtos financeiros, conceitos e riscos, desenvolvendo habilidades e confiança para tomar decisões informadas e melhorar seu bem-estar financeiro.

Os dados sobre educação financeira podem ser analisados por meio da análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2011), permitindo identificar categorias temáticas e padrões presentes nos textos, além de proporcionar compreensão das representações sociais e institucionais relacionadas ao tema.

O cenário brasileiro é marcado por um nível preocupantemente baixo de letramento financeiro entre adultos. Em 2023, uma pesquisa do Banco Central em parceria com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) apontou que o índice médio de

letramento financeiro dos brasileiros foi de apenas 59,6 (em uma escala de 0 a 100), enquanto apenas 14,3 % dos entrevistados demonstraram saber calcular juros simples. Esses dados confirmam a urgência de políticas públicas que promovam a educação financeira desde os níveis iniciais da educação.

Brito (2024) apontam que a educação financeira ainda é tratada de forma superficial na maioria das escolas públicas brasileiras, sendo muitas vezes relegada a projetos pontuais ou atividades extracurriculares. Fatores como a carência de formação específica dos professores, a falta de recursos pedagógicos e o despreparo das instituições contribuem para essa realidade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, introduziu a educação financeira de forma transversal, principalmente no componente de Matemática, abordando temas como juros, orçamento familiar e consumo consciente (Brasil, 2017). A competência geral nº 5 da BNCC propõe que os alunos utilizem conhecimentos para tomar decisões financeiras conscientes, solidárias e responsáveis. No entanto, a ausência de diretrizes metodológicas específicas limita a eficácia dessa inclusão (Oliveira, 2024).

Além disso, Ramos e Andrade (2020) destacam que o MEC ainda não forneceu apoio técnico consistente nem programas de formação continuada para capacitar os professores a atuarem com segurança nessa área. A falta de alinhamento entre as diretrizes curriculares, a realidade das escolas e as políticas de formação docente prejudica a implementação prática do conteúdo.

A efetivação da educação financeira no contexto escolar enfrenta diversos obstáculos. Cassola (2024) observou que, apesar das ações educacionais implementadas, muitos professores ainda enfrentam desafios significativos devido à falta de formação específica. A escassez de materiais didáticos adaptados à realidade dos alunos e a ausência de tempo na grade curricular são fatores frequentemente citados como barreiras à inclusão sistemática do tema.

Outro desafio relevante é o contexto social em que muitas escolas estão inseridas. Retore (2023) destaca que a baixa alfabetização financeira está associada a escolhas econômicas inadequadas, como endividamento excessivo e falta de planejamento, especialmente entre jovens em situação de vulnerabilidade. Essa realidade exige uma pedagogia sensível à situação socioeconômica dos estudantes, adaptando os conteúdos às suas necessidades e realidades.

Em países como Canadá, Austrália e Reino Unido, a educação financeira é tratada como disciplina obrigatória ou integrada em diferentes componentes curriculares. O relatório da OCDE (2023) revela que programas de educação financeira bem-sucedidos nesses países compartilham características como formação docente sólida, materiais pedagógicos contextualizados e metodologias ativas, como jogos e simulações.

No Brasil, algumas experiências locais têm mostrado bons resultados. Um exemplo é o programa “Educação Financeira nas Escolas”, do Banco Central em parceria com a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), que já atingiu mais de 1 milhão de alunos em sua fase piloto (BACEN, 2021). Avaliações desse programa mostraram aumento do conhecimento financeiro e mudanças positivas no comportamento de consumo dos alunos participantes.

3.1.1 Estratégias e desafios

A implementação da educação financeira nas escolas públicas brasileiras ainda encontra diversos desafios, embora iniciativas importantes estejam sendo desenvolvidas em diferentes regiões do país. Dentre os principais obstáculos relatados, estão a formação insuficiente dos professores na área de finanças, a falta de materiais didáticos adequados e a ausência de diretrizes claras sobre como abordar o tema de forma interdisciplinar (Cordeiro; Costa & Silva, 2018).

Além disso, muitos educadores apontam que o ensino da educação financeira é prejudicado pela sobrecarga curricular e pela dificuldade de vincular os conteúdos ao cotidiano dos estudantes, especialmente em comunidades mais vulneráveis (Souza; Nicoli & Castro, 2023). As escolas ainda enfrentam resistência cultural por parte de algumas famílias, que não reconhecem a relevância do tema, além de limitações estruturais, como o acesso a tecnologias e à internet (Vais & Carvalho, 2023).

Apesar desses entraves, algumas escolas têm adotado estratégias criativas para superar as dificuldades. Projetos de extensão universitária, por exemplo, têm servido de apoio na formação docente e no desenvolvimento de sequências didáticas contextualizadas (Moraes & Freitas, 2021). Outra iniciativa positiva é o incentivo à participação dos alunos em simulações e projetos integradores, nos quais eles assumem papéis sociais relacionados à economia e ao consumo (Messias & Ancelmo, 2022).

Savoia, Saito e Santana (2007) ressaltam que a superação desses desafios passa pela consolidação de uma política pública de longo prazo, que integre a educação financeira de forma transversal, promovendo a cidadania econômica desde as séries iniciais.

3.1.2 Estratégias didáticas

No contexto escolar, diversas estratégias didáticas têm sido utilizadas com sucesso para abordar a educação financeira de forma mais envolvente. Uma dessas estratégias é a gamificação, que transforma o aprendizado em uma experiência mais lúdica e participativa. Essa abordagem favorece o desenvolvimento de competências cognitivas e sociais, além de engajar os alunos em situações-problema que simulam desafios reais (Barreto *et al.*, 2021).

Outra metodologia promissora é a Educação Matemática Crítica, que propõe uma análise reflexiva sobre temas como consumo, publicidade e desigualdade econômica. A partir dessa perspectiva, é possível promover o pensamento crítico dos estudantes em relação à sua inserção no mundo do consumo (Soares & Dolzane, 2024).

A utilização de tecnologias digitais, como planilhas eletrônicas, também tem se mostrado eficaz. Elas auxiliam os alunos a organizarem orçamentos, realizarem simulações de investimentos e analisarem dados financeiros de maneira prática (Couto & Silva, 2024).

Além disso, em turmas da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estratégias baseadas na aprendizagem significativa têm sido utilizadas para relacionar os conteúdos matemáticos ao cotidiano dos estudantes, com foco na resolução de problemas reais que envolvem finanças pessoais (Seixas; Santarosa & Ferrão, 2020).

Por fim, a modelagem matemática também surge como recurso didático importante, permitindo que os estudantes desenvolvam representações matemáticas de situações econômicas concretas, como planejamento de gastos mensais ou análise de juros compostos (Berres Hartmann; Ferreira Rangel & Malheiros, 2021).

3.2 Base legal

A análise bibliográfica e documental realizada revelou uma série de aspectos fundamentais para a compreensão da educação financeira no contexto das escolas públicas brasileiras. Primeiramente, constatou-se que há um consenso na literatura científica quanto à importância da educação financeira como instrumento de promoção da cidadania, da equidade social e da autonomia individual (Barbosa *et al.*, 2023; Amaral, 2024). Estudos destacam que a ausência desse conteúdo na formação básica contribui para comportamentos financeiros prejudiciais na vida adulta (Silva *et al.*, 2022).

Do ponto de vista jurídico, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (Brasil, 1988). Essa diretriz reforça o papel fundamental da escola na formação de indivíduos conscientes e preparados para lidar com os desafios da vida social e econômica.

Em consonância com a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/1996) afirma, no artigo 2º, que "a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social", indicando a importância de conteúdos curriculares que promovam a integração entre o conhecimento escolar e a vida cotidiana dos alunos. Ainda que a LDB não mencione diretamente a educação financeira, ela cria uma base legal para sua inserção, especialmente por meio de propostas pedagógicas que visem à formação integral dos estudantes (Brasil, 1996).

A investigação nos documentos oficiais evidenciou que a BNCC reconhece a importância da educação financeira, especialmente ao tratar das competências gerais 1 (conhecimento), 4 (pensamento crítico), 5 (responsabilidade e cidadania) e 6 (trabalho e projeto de vida). No entanto, a análise do texto da BNCC mostra que a abordagem da educação financeira ocorre de forma transversal, sem detalhamento metodológico, o que dificulta sua efetiva implementação nas escolas públicas (Silva, 2021).

O Plano Nacional de Educação (PNE), embora trate da qualidade da educação e do desenvolvimento de competências, não menciona diretamente a educação financeira, o que demonstra uma lacuna em termos de política educacional de longo prazo. O mesmo ocorre na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que não contempla essa dimensão de forma explícita. (Brasil, 1996)

Entre os avanços identificados, destaca-se o projeto “Educação Financeira nas Escolas”, promovido pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), com apoio do Banco Central do Brasil - BACEN. A fase piloto foi implantada em escolas públicas de diversas regiões e apresentou resultados positivos em termos de mudança de comportamento dos estudantes quanto ao consumo, planejamento e uso do crédito (BACEN, 2021).

A análise dos projetos de lei em tramitação, como o PL 1.510/2025, mostra um movimento político recente de valorização do tema, buscando torná-lo obrigatório no currículo escolar. Contudo, ainda não há uma política pública de abrangência nacional consolidada que articule formação docente, distribuição de materiais didáticos e avaliação contínua, como é recomendado pelas diretrizes da OCDE (2015).

Dentre os principais desafios encontrados na literatura estão: a falta de formação específica dos professores, a escassez de materiais contextualizados à realidade dos alunos da rede pública, e a ausência de articulação entre as políticas federais, estaduais e municipais.

Esses achados indicam que, embora o reconhecimento da importância da educação financeira esteja presente nos discursos oficiais e acadêmicos, sua implementação ainda ocorre de maneira fragmentada e desigual, exigindo uma atuação mais estratégica do Estado e das instituições formadoras de professores.

A análise realizada evidencia uma importante dicotomia entre a relevância atribuída à educação financeira nos discursos oficiais e acadêmicos e a sua aplicação concreta nas escolas públicas brasileiras. Embora a BNCC reconheça a importância de formar estudantes capazes de tomar decisões financeiras conscientes, solidárias e responsáveis (Brasil, 2017), essa diretriz não se desdobra, na prática, em ações estruturadas, coerentes e eficazes.

Esse descompasso está relacionado ao que Freire (1996) define como a lógica da educação bancária: uma estrutura que transmite conteúdos de forma fragmentada, descolada das vivências do aluno e centrada na memorização. No caso da educação

financeira, isso se traduz em aulas esporádicas, muitas vezes centradas em cálculos de juros ou planilhas, sem um debate mais profundo sobre consumo, desigualdade e justiça social. A educação financeira, quando reduzida ao tecnicismo, perde seu caráter emancipador e ignora o contexto de vulnerabilidade socioeconômica no qual grande parte dos estudantes da rede pública está inserida, tornando-se ineficaz como ferramenta de transformação social.

Além disso, a revisão da literatura mostrou que a formação docente é um dos principais entraves para a implementação efetiva da educação financeira. Muitos professores relatam não se sentirem preparados para tratar do tema, seja por falta de formação inicial, seja por ausência de formação continuada. Isso reforça o que Demo (2000) chama de “analfabetismo político-pedagógico institucionalizado”: políticas que se anunciam modernas, mas que não oferecem condições reais para sua operacionalização.

Outro aspecto crítico está na abordagem disciplinar isolada da temática. Embora a BNCC trate a educação financeira como um conteúdo transversal, na prática, ela acaba sendo atribuída exclusivamente à Matemática, quando deveria permear também as Ciências Humanas, Linguagens e até mesmo Ciências da Natureza. Como indicam Borges (2024) e UNDIME (2025), uma abordagem interdisciplinar permitiria que os alunos entendessem o consumo e as finanças como parte de dinâmicas sociais, políticas e históricas, não apenas como números a serem calculados, proporcionando uma formação mais crítica e contextualizada.

Do ponto de vista legal e institucional, iniciativas como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e projetos como o “Educação Financeira nas Escolas” do Banco Central têm demonstrado bons resultados, especialmente quando aplicados com metodologias ativas, como jogos de simulação, oficinas e problematizações do cotidiano dos estudantes. No entanto, a abrangência dessas ações ainda é restrita e desigual, reforçando as desigualdades educacionais entre regiões, redes e escolas (BACEN, 2021).

No campo legislativo, o Projeto de Lei nº 2.747/2024, que busca tornar a educação financeira obrigatória em todo o ensino básico, representa um avanço. Contudo, como discutem Ramos e Andrade (2020), a obrigatoriedade legal, por si só, não garante a efetividade da proposta se não vier acompanhada de políticas públicas de formação docente, elaboração de materiais didáticos culturalmente adequados e mecanismos de avaliação e acompanhamento pedagógico.

Assim, discutir a educação financeira no Brasil requer ir além da inserção curricular formal. É necessário que se adote uma perspectiva crítica, dialógica e libertadora, conforme proposto por Freire, em que os estudantes sejam sujeitos do conhecimento, capazes de compreender e transformar a realidade socioeconômica em que vivem. Isso implica reconhecer que a educação financeira é, antes de tudo, uma prática política: ensinar a lidar com o dinheiro é, também, ensinar a questionar a desigualdade, a refletir sobre o sistema econômico vigente, e a desenvolver consciência crítica e solidariedade na construção de um projeto de vida digno e ético.

Portanto, a implementação da educação financeira nas escolas públicas brasileiras exige um esforço coletivo, articulado entre as esferas federais, estaduais e municipais, bem como um compromisso ético com a formação integral dos sujeitos. Sem isso, o ensino de finanças corre o risco de ser apenas mais um conteúdo superficial, incapaz de gerar as transformações que o contexto social exige.

3.3 Educação financeira em escolas públicas na prática

Diversos estudos de caso evidenciam experiências concretas de implementação da educação financeira em escolas públicas brasileiras, revelando tanto os impactos positivos quanto os desafios enfrentados no cotidiano escolar.

No Tocantins, por exemplo, a Escola João D’Abreu desenvolveu uma proposta de educação financeira que incorporou

modelos alternativos de ensino, como oficinas práticas e debates sobre consumo consciente. A iniciativa buscou aproximar os conteúdos financeiros da realidade dos estudantes, valorizando o contexto socioeconômico local e promovendo a reflexão crítica sobre hábitos de consumo (Santos *et al.*, 2025).

Em Mato Grosso, uma experiência com estudantes do 3º ano do ensino médio da Escola Estadual Madre Tarcila, no município de Campo Novo do Parecis, demonstrou avanços significativos na compreensão de conceitos como planejamento financeiro e uso do crédito. O projeto utilizou atividades interativas, como dinâmicas de simulação orçamentária, que contribuíram para o desenvolvimento de competências práticas entre os jovens (Brígido *et al.*, 2023).

Outro estudo realizado em escolas públicas da rede estadual paulista mostrou que os alunos do ensino médio reconhecem a importância do tema, mas também relatam dificuldades para aplicá-lo no cotidiano, principalmente por falta de apoio familiar e ausência de conteúdos estruturados nas disciplinas regulares. A percepção dos estudantes revela a necessidade de maior articulação entre os conteúdos escolares e as realidades vividas fora do ambiente escolar (Rodrigues Eloi & Pelity Eloi, 2023).

Na Bahia, uma pesquisa com alunos da Academia de Polícia Militar mostrou como a educação financeira pode ser incorporada a diferentes perfis formativos. Mesmo em um contexto militar, os discentes demonstraram carência de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais, o que indica que a inserção do tema é relevante também em instituições de formação técnica e superior (Carvalho, Souza & Oliveira Junior, 2025).

Após uma pesquisa aprofundada, identifiquei um estudo relevante que pode embasar o trecho do seu artigo sobre a implementação de ações pedagógicas voltadas à educação financeira no ensino médio. O estudo de Silva *et al.* (2022) destaca que a falta de planejamento financeiro deixa o indivíduo vulnerável, sem reservas de emergência para lidar com dificuldades financeiras e momentos inesperados. Essa falta de previsão pode impedir a pessoa de obter bons benefícios financeiros para alcançar seus objetivos. O estudo enfatiza a importância de uma gestão financeira eficiente, englobando aspectos como mentalidade que incentiva a reflexão acerca dos valores pessoais, consciência das próprias atitudes em relação ao dinheiro e habilidade de realizar escolhas financeiras consonantes com as metas individuais.

Além disso, pesquisas envolvendo estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) mostraram que, mesmo entre aqueles com trajetórias educacionais interrompidas, há grande interesse pelo tema. A abordagem da educação financeira nessa modalidade de ensino se mostrou eficaz na construção de autonomia financeira e na valorização da experiência de vida dos alunos, contribuindo para sua inserção social e econômica (Leite & Silva, 2021).

Esses exemplos reforçam a importância de se tratar a educação financeira não apenas como um conteúdo técnico, mas como uma prática social que deve dialogar com as vivências dos estudantes e suas comunidades. As experiências bem-sucedidas têm em comum o uso de metodologias ativas, o envolvimento dos professores na construção do currículo e a adaptação do conteúdo à realidade local.

4. Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo analisar os desafios, avanços e possibilidades da implementação da educação financeira nas escolas públicas brasileiras, com base em uma abordagem qualitativa, bibliográfica e documental. A partir da análise de documentos oficiais como a BNCC, a LDB e o PNE, de projetos institucionais como a ENEF, de propostas legislativas em trâmite no Congresso Nacional e de publicações científicas nacionais, construiu-se uma compreensão crítica sobre o atual cenário da educação financeira na rede pública de ensino, identificando não apenas os limites estruturais e pedagógicos, mas também os potenciais transformadores dessa temática no contexto educacional brasileiro.

Os resultados indicam que, embora exista um reconhecimento crescente sobre a relevância da educação financeira para a formação cidadã e para o enfrentamento das desigualdades sociais, a efetivação dessa proposta ainda encontra entraves significativos. A presença da educação financeira na BNCC, por exemplo, aponta para uma abertura institucional, mas sua abordagem permanece genérica e carente de diretrizes metodológicas claras, o que compromete sua aplicação prática, especialmente diante das desigualdades regionais e da escassez de formação específica entre os profissionais da educação.

Docentes têm destacado a ausência de formação adequada para abordar o tema em sala de aula, o que afeta diretamente a qualidade e a intencionalidade pedagógica do ensino de finanças pessoais. Tal constatação evidencia a necessidade urgente de políticas públicas voltadas à capacitação contínua dos professores, bem como à produção de materiais didáticos acessíveis, contextualizados e interdisciplinares.

Apesar das dificuldades, experiências como o projeto “Educação Financeira nas Escolas”, promovido pelo Banco Central e pela ENEF, demonstram que a implementação pode ser bem-sucedida quando há suporte institucional, formação adequada e utilização de metodologias ativas. Essas experiências sinalizam que a educação financeira deve ser entendida não apenas como conteúdo técnico, mas como um instrumento de emancipação e cidadania, promovendo reflexões críticas sobre consumo, trabalho, planejamento e futuro.

Adicionalmente, os debates em torno do Projeto de Lei nº 2747/2024 indicam um movimento político relevante voltado à institucionalização da educação financeira. Contudo, especialistas alertam que a obrigatoriedade curricular, por si só, não garante transformações efetivas se não houver planejamento integrado entre o poder público, as instituições formadoras e as redes escolares. (Brasil, 2024)

Nesse sentido, docentes e pesquisadores apontam que a educação financeira, para além de um tema transversal, deve ser compreendida como uma prática pedagógica crítica, em diálogo com a realidade dos estudantes, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos, conscientes e socialmente responsáveis. Torna-se, portanto, imprescindível que o Estado brasileiro assuma a educação financeira como uma política pública estruturante.

Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas investiguem empiricamente a percepção de professores e alunos sobre o tema, bem como as experiências de estados e municípios que já implementaram propostas curriculares relacionadas à educação financeira, com o objetivo de ampliar o debate e subsidiar políticas educacionais mais justas, coerentes e eficazes.

Referências

- Amaral, D. C. do. (2024). *Educação Financeira através da Resolução de Problemas: Escambo, orçamento familiar e orçamento público* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo. <https://repositorio.usp.br/item/003192949>
- ANBIMA. (2025). *Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil.* https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio_ANBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf
- Banco Central do Brasil. (2010). *Estratégia Nacional de Educação Financeira — ENEF* (documento). https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf
- Banco Central do Brasil. (2018). *Educação financeira nas escolas: como avançar?* https://www.bcb.gov.br/nor/relcidfin/docs/art8_educacao_finanaceira_escolas.pdf
- Banco Central do Brasil. (2021). *Estratégia nacional de educação financeira (ENEF).* https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf
- Banco Central do Brasil. (2021). *Programa Aprender Valor.* <https://aprendervalor.bcb.gov.br/>
- Banco Central do Brasil. (2024, 12 de julho). *Estudo evidencia impacto positivo do Aprender Valor no comportamento financeiro dos jovens.* <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20216/noticia>
- Banco Central do Brasil & Fundo Garantidor de Créditos. (2023, novembro). Nível médio de letramento financeiro dos brasileiros é de 59,6 em escala de 0 a 100; apenas 14,3 % sabem calcular juros simples. *Agência Governo (EBC).* <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/747/noticia>

Barbosa, I. C. F., Martins, J., Araújo, K. L. da S., & Silva, N. C. da. (2023, 30 de junho). *A importância da educação financeira familiar*. <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/13453>

Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (Edição revista e ampliada). Edições 70.

Barreto, M. A., Cunha, F. I. J., Soares, C. B., Dinardi, A. J., & Machado, M. M. (2021). Gamification in the teaching of natural sciences: Articulating the active methodology in didactic sequences in elementary school through PIBID. *Journal of Contemporary Education and Culture*, 7(4), 13246–13256. <https://doi.org/10.18540/jcecv17iss4pp13246-01-06e>

Berres Hartmann, A. L., Ferreira Rangel, A. C., & dos Santos Malheiros, A. P. (2021). Educação financeira escolar e modelagem matemática: Uma proposta de discussão para a educação básica. *Intermaths*, 2(1), 106–120. <https://doi.org/10.22481/intermaths.v2i1.8354>

Borges, A. A. de C. (2024). A educação financeira e o processo de ensino-aprendizagem: uma análise interdisciplinar. *Boletim de Ciências Humanas*, 12(1). <https://revistas.uece.br/index.php/BOCEHM/article/view/12996>

Brasil.(1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

Brasil.(1996) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

Brasil - Câmara dos Deputados. (2024, 18 de outubro). Projeto de Lei nº 2.747/2024 institui a educação financeira como disciplina obrigatória no currículo das escolas. *Portal da Câmara dos Deputados*. <https://www.camara.leg.br/noticias/1098185-projeto-inclui-educacao-financeira-no-curriculo-das-escolas/>

Brasil. (2017) Ministério Da Educação E Cultura. *Base Nacional Comum Curricular*. Educação Infantil E Ensino Fundamental. Brasília - DF. https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

Brasil. (2020, 29 de setembro). *Brasil é aprovado pela OCDE para instrumentos de Educação Financeira*. Agência Governo (EBC). <https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro/noticias/2020/setembro/brasil-e-aprovado-pela-ocde-para-instrumentos-de-educacao-financeira>

Brasil (2023). Projeto de lei nº 5950, De 2023. *Altera A Lei Nº 9.394, De 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação e administração financeira nos currículos da educação básica*. Senado Federal <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/161518>

Brasil. (2024). Projeto de Lei nº 2.747, de 4 de julho de 2024. Torna obrigatória a inclusão da disciplina de Educação Financeira no currículo de todos os níveis de ensino das escolas públicas e particulares no território nacional. Câmara dos Deputados. https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=2460782&filename=Aulso+PL+2747%2F2024

Brasil (2025). Projeto de Lei nº 1510. *Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir educação financeira nos currículos da educação básica*. Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2025/04/educacao-financeira-pode-virar-materia-obrigatoria-nas-escolas>

Brigido, D. L., dos Santos, J. D. F., Araújo, A. V., Matias, T. A., Macedo, R. M., Flores, L., & da Silva, D. M. (2023). Educação financeira: um estudo de caso com jovens do 3º ano do ensino médio da escola estadual Madre Tarcila em Campo Novo do Parecis, Mato Grosso. *Observatório de la economía latinoamericana*, 21(9), 14309–14329. <https://doi.org/10.55905/oelv21n9-204>

Brito, E. S. R. (2024). Práticas de educação financeira escolar nos anos finais do ensino fundamental: desafios e perspectivas. *Universidade Federal de Pernambuco*. <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/58492/1/TCC%20Emanuelle%20Silva%20Rodrigues%20de%20Brito.pdf>

Carvalho, B. A. de. (2024). *Educação financeira: um estudo panorâmico com alunos-a-oficial PM do 3º CFO da Bahia*. Revista PMBA em Foco, 1(1). <https://www.revistapmbaemfoco.pm.ba.gov.br/index.php/emfoco/article/view/91>

Cassola, N. M. (2024). Formação de professores em educação financeira: Resultados de um curso de formação. *Revista Ibero-Americana de Educação*, 19, e18665. <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/18665/18958>

Cordeiro, N. J. N., Costa, M. G. V., & Silva, M. N. (2018). Educação financeira no Brasil: Uma perspectiva panorâmica. *Ensino da Matemática em Debate*, 5(1), 69–84. <https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841>

Couto, A. A., & Silva, G. J. P. (2024). Educação financeira: Uma proposta didática em sala de aula com o uso de planilhas eletrônicas. *Revista Educação em Contexto*, 3(1), 9–24. <https://doi.org/10.5281/zenodo.11660814>

Demo, P. (2000). *Educar pela pesquisa* (5ª ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Editora Paz e Terra.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6. ed.). Ediitora Atlas SA.

Instituto Datafolha. (2022, 12 de agosto). Pesquisa nacional: Jovens do Ensino Médio. <https://todospelaeducação.org.br/noticias/pesquisa-nacional-jovens-ensino-medio-2022/>

Leite, M., & Silva, T. P. (2021). Análise da educação financeira dos estudantes da educação de jovens e adultos. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, 11(2). <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recom/article/view/5731>

- Messias, R. A., & Ancelmo, L. A. (2022). Financial education in basic education. *Research, Society and Development*, 11(17), e112111738295. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i17.38295>
- Moraes, J. B., & Freitas, C. A. (2021). A importância da extensão universitária para a formação de professores: Contribuições da educação financeira. *Em Teia – Revista de Educação Matemática e Tecnológica Iberoamericana*, 12(1), 1–20. https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/249593/pdf_1
- Minayo, M. C. de S. (org.). (2001) *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. (2015). *National strategies for financial education: OECD/INFE policy handbook*. <https://www.oecd.org/finance/National-Strategies-for-Financial-Education-Policy-Handbook.pdf>
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE. (2024). *PISA 2022 Results (Volume IV): Financial literacy — Factsheet: Brazil*. https://www.oecd.org/en/publications/pisa-2022-results-volume-iv-factsheets_34d60137-en/brazil_1c815ef9-en.html
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2023). *OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy*. https://www.oecd.org/en/publications/oecd-infe-2023-international-survey-of-adult-financial-literacy_56003a32-en.html
- Oliveira, B. dos S. (2024). Educação financeira na educação básica: Análise das diretrizes da BNCC. *Revista Brasileira de Educação Básica*, 35(2), 45–59. <https://souzaeadrevistaacademica.com.br/revista/75-julho-2024/02-beatriz-dos-santos-oliveira.pdf>
- Pereira A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [e-book gratuito]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM. 9). https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?utm_source=chatgpt.com
- Ramos, A. S., & Andrade, L. M. (2020). Educação financeira: Sequência didática com o aplicativo Kahoot. *Revista Funes*. <https://funes.uniandes.edu.co/wp-content/uploads/tainacan-items/32454/1205057/Ramos2020Educacao.pdf>
- Retore, Pedro Henrique (2023). *A alfabetização financeira de jovens em situação de vulnerabilidade social: uma análise qualitativa do impacto do Projeto Autonomia*. TCC de Graduação, UFSM. [http://repositorio.ufsm.br/handle/1/31287](https://repositorio.ufsm.br/handle/1/31287)
- Rodrigues Eloi, J. C., & Pelity Eloi, E. (2023). A educação financeira pela visão dos estudantes do ensino médio em uma escola da rede pública paulista. *Revista Multidisciplinar Pey Kéyo Científico*, 9(3). <https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/pkcroraima/article/view/2287>
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2): 5-6. https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/?lang=pt&utm_source=chatgpt.com
- Santos, A. R., & Amaral, S. A. (2021). Educação financeira como instrumento de inclusão social: Reflexões e práticas. *Revista Brasileira de Educação*, 26, e260032. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782021260032>
- Santos, G. M., Café, I. B., Rocha, M. R. T., Trindade, L. S., & Pôrto Júnior, F. G. R. (2025). Educação financeira: Percepção dos discentes do 3º ano do ensino médio do Colégio João D'Abreu em Dianópolis no Tocantins. *Revista Multidebates*, 35, 1–15. <https://revista.faculdadeitop.edu.br/index.php/revista/article/view/867>
- Savoia, J. R. F., Saito, A. T., & Santana, F. A. (2007). Paradigmas da educação financeira no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 41(6), 1121–1141. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122007000600006>
- Seixas, G. S., Santarosa, M. C. P., & Ferrão, N. S. (2020). Financial education in EJA: Proposal of a didactic sequence in the light of the theory of critical meaningful learning. *Research, Society and Development*, 9(11), e3739119803. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.9803>
- Silva, C. R., Garcia, S. C., de Souza, W. P., da Silva, V. B., & da Silva, D. Í. R. (2022). Educação financeira e sua influência entre estudantes do 1º e 2º ano do ensino médio em escolas públicas. *Research, Society and Development*, 11(6), e9111628717. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i6.28717>
- Silva, J. M. N. (2021). Educação financeira e matemática financeira na BNCC: percepções de professores que ensinam matemática na educação básica. Universidade do Estado de Mato Grosso. https://portal.unemat.br/media/files/JAQUELINE_MICHELE_NUNES_SILVA.pdf
- Soares, G. A., & Dolzane, M. I. F. (2024). Uma sequência didática de educação financeira sobre consumo na perspectiva da educação matemática crítica. *REMATEC*, 19(47), e2024004. <https://doi.org/10.37084/REMATEC.1980-3141.2024.n47.e2024004.id535>
- Sousa, R. A. (2023). Educação financeira à luz da BNCC: concepções e práticas em uma investigação local. *Educação & Pesquisa*. <https://www.scielo.br/j/ep/a/StmPNgBPypMGZ7rKQ3WJGdj/?lang=pt>
- Souza, C. S. de, Nicoli, A. A. T. de S., & Castro, L. C. (2023). Um Estudo sobre a educação financeira nas escolas. *Revista Multidisciplinar Do Nordeste Mineiro*, 2(1). <https://www.revista.unipacto.com.br/index.php/multidisciplinar/article/view/1201>
- SPC Brasil. (2024, 17 abril). Educação financeira: tudo o que você precisa saber para dar o primeiro passo <https://www.spcrespaldo.org.br/blog/educacao-financeira>
- UNDIME — União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. (2025, 28 de maio). *Implementação de educação financeira nas escolas públicas é tema de audiência na Câmara dos Deputados*. <https://undime.org.br/noticia/28-05-2025-04-02-implementacao-de-educacao-financeira-nas-escolas-publicas-e-tema-de-audiencia-na-camara-dos-deputados-49>
- Vais, D. J., & Carvalho, F. S. (2023). Educação financeira: Perspectivas da implantação no ambiente escolar. *RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar*, 4(9), 1–14. <https://recima21.com.br/recima21/article/view/3967/2855>

Vieira, L. L., & Oliveira, A. S. (2020). A educação financeira enquanto prática de autonomia crítica: Reflexões a partir de experiências extensionistas. *Revista Brasileira de Educação*, 25, e250032. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782020250032>